



*Seminário Latino-Americano sobre Estudos Demográficos*  
(Texto na página 7)

# CAPES

**BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA NACIONAL DE  
APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**



DEZEMBRO

1955

Nº 37

**COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL  
DE NÍVEL SUPERIOR**

Presidente  
**Abgar Renault**  
Ministro da Educação e Cultura  
Secretário Geral  
**Anísio Spínola Teixeira**

Membros:

- Beatriz Marques de Sousa Wahrlich**  
— Departamento Administrativo do Serviço Público.
- Ernesto Luiz de Oliveira Júnior**  
— Comissão Nacional de Assistência Técnica.
- Glicon de Paiva Teixeira**  
— Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.
- Antônio Moreira Couceiro**  
— Conselho Nacional de Pesquisas.
- Joaquim Faria Góes Filho**  
— Confederação Nacional da Indústria.
- Francisco Gama Lima Filho**  
— Confederação Nacional do Comércio.
- Aldo Batista Franco**  
— Banco do Brasil S. A.
- Luís Narciso Alves de Matos**  
— Fundação Getúlio Vargas.
- Lourival Câmara**  
— Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Anísio Spínola Teixeira**  
— Ministério da Educação e Cultura.

**CAM?ANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL  
DE NÍVEL SUPERIOR**

Secretário Geral  
**Anísio Spínola Teixeira**

Diretor de Programas  
**Almir de Castro**

Avenida Marechal Câmara, 160 — 8º andar — C. Postal  
5185 — End. Teleg. EDCAPES — Rio de Janeiro — Brasil  
Telefone: 52-9072

**LICENCIADOS PELAS FACULDADES DE FILOSOFIA,  
CIÊNCIAS E LETRAS**

*Desde a instalação, em 1933, da primeira Faculdade de Filosofia — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sedes Sapientiae”, em São Paulo — vêm os dados relativos ao licenciamento de professores sendo apresentados em conjunto para cada escola, sem que se dispuzesse de uma discriminação dos diplomados em cada um dos cursos ministrados por aqueles estabelecimentos de ensino, muito embora se conhecessem resultados esparsos divulgados por um reduzido número de escolas.*

*Estudos em andamento na CAPES, entretanto, tornaram premente a necessidade desses dados, pelo que este órgão promoveu um inquérito junto às Faculdades de Filosofia, completando as informações com dados obtidos no Serviço de Estatística da Educação e Cultura. A CAPES registra aqui seu reconhecimento pelas colaborações obtidas.*

*O principal resultado desse levantamento figura na tabela impressa nas páginas 8 e 9, onde são apresentados, por Estados e Distrito Federal, os totais de licenciados em cada um dos cursos ministrados pelas Faculdades de Filosofia do País, durante o período 1933/1953, ou seja, a totalidade dos formados até este último ano. Em consequência do mesmo inquérito, dispõe ainda a CAPES, relativamente a cada curso e por escola, dos quantitativos de licenciados em cada um dos anos do período atrás mencionado. O espaço requerido para a divulgação desses dados impede sua publicação no Boletim da CAPES, os quais ficarão, contudo, à disposição dos interessados e estudiosos da matéria que os solicitarem (Na página 8 um quadro demonstrativo do “Número de licenciados desde a instalação dos cursos de Filosofia, Ciências e Letras, até o ano de 1953, segundo as Unidades da Federação”).*

## BÔLSAS DE ESTUDO EISENHOWER

Em homenagem ao presidente dos Estados Unidos da América, general Dwight D. Eisenhower, um programa de bôlsas de estudo foi organizado, por um grupo de homens de negócio, estabelecendo-se para sua administração uma fundação, a EISENHOWER EXCHANGE FELLOWSHIPS, INC. No primeiro ano de funcionamento 16 bolsistas foram contemplados, sendo três norte-americanos e os restantes de diversas partes do mundo, tendo-se em vista as finalidades do programa :

1— Escolher nos diversos países líderes potenciais, que já tenham demonstrado qualidades de liderança através do trabalho e de realizações, e que tenham possibilidades de desenvolver ainda mais estas qualidades ;

2— Permitir que estes indivíduos observem diretamente, técnicas e práticas utilizadas nos Estados Unidos, assimilando-se, e preparando-se

Mr. Maurice Johnson, Administrador da Standard Oil Co. of Brazil  
Mr. Richard Mommsen, advogado residente no Rio de Janeiro  
Embaixador Maurício Nabuco  
Dr. Anísio S. Teixeira, Diretor do INEP e Secretário-Geral da CAPES  
Prof. Ary Torres, Presidente da Secção Brasileira da COMBEU

O bolsista escolhido foi o Dr. José Pedreira de Freitas, Professor de Mecânica Aplicada às Máquinas (Bomba Hidráulica e Turbina) da

assim para melhor servir a seu país de origem ;

3— Pela experiência obtida nas diferentes regiões dos Estados Unidos da América, permitir a êstes indivíduos melhor compreensão do povo dêste país, para que possam interpretar em seu próprio país de origem os objetivos e o comportamento dos Estados Unidos da América.

Uma comissão de economistas, homens de negócios e especialistas em diversas áreas do globo selecionou os países que participariam do programa, em número de 13, e, com auxílio das missões diplomáticas americanas e pela visita de um representante da EISENHOWER EXCHANGE FELLOWSHIPS, INC., foram criadas as várias comissões de seleções nos países contemplados. Estas comissões eram compostas de cinco membros, sendo dois americanos e três naturais do país em questão. No Brasil a comissão ficou assim constituída :

Escola Politécnica da Universidade da Bahia; Diretor da Companhia de Engenharia Etel e Conselheiro da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia.

Pela experiência do Prof. Freitas, poder-se-á discernir as características originais das Bôlsas Eisenhower. Em primeiro lugar, o plano de estudos e trabalhos por êle apresentado foi inteiramente livre de quaisquer exigências, tão comuns às bôlsas normais oferecidas por outras entidades. Poderia ter escolhido um curso acadêmico em qualquer uma das universidades americanas, ou simplesmente ter visitado os locais que julgasse mais interessantes ou úteis para sua formação profissional. Ou então, como fez, planejar um programa misto pois freqüentou um termo na Universidade de Stanford na Cadeira de Hidráulica e Mecânica, reservando o resto de sua estadia nos Estados Unidos, que ao todo foi de um ano, para viagens a grandes represas, estações hidroelétricas, fábricas, firmas de engenharia, e especialmente centros de ensino dessa especialidade. Para que o bolsista não ficasse preso a uma só atividade, as formalidades eram poucas e flexíveis, permitindo que satisfizesse sua curiosidade a respeito do que julgasse mais importante. Outra característica da bôlsa foram as condições financeiras, que, sem proporcionar luxos extravagantes, permitiu ao bolsista viver de maneira confortável «seguinto os padrões da classe média americana», conforme afirmou um dos membros da EISENHOWER EXCHANGE FELLOWSHIPS, INC. O fato de ainda poder levar consigo a esposa, foi definido pelos membros da or-

ganização como «duplicando o valor do programa de bôlsas».

Desta maneira, as finalidades da bôlsa puderam ser mais facilmente atingidas, pois a inteira liberdade dada ao bolsista permitiu que êle se movimentasse com maior desembaraço pelo país, não ficando em uma pequena área, mas observando uma amostra representativa da técnica e da vida do povo americano. Esta liberdade origina-se do princípio de que os bolsistas, contemplados pelas bôlsas Eisenhower, já estejam em condições de maturidade profissional suficiente para ter conhecimento de suas próprias necessidades, bem como das necessidades de seus país no campo de atividades que o interessa. Tal não acontece geralmente com os outros tipos de bolsistas, que estão sujeitos a esquemas universitários rígidos tendo pequena possibilidade de movimentação pelo país, ou são jovens demais, e de certo modo inexperientes, devendo ser guiados cuidadosamente para evitar conflitos possíveis entre as condições geradas pela cultura de seu país de origem e as do país em que está estudando, o que pode levar a um desajustamento, ao invés dos benefícios esperados da bôlsa.

A experiência obtida pelo Prof. Freitas através da bôlsa Eisenhower não se restringiu ao campo da engenharia hidráulica: a participação e a observação da vida de um povo estrangeiro contribuíram para a ampliação das perspectivas sociais do bolsista, que viu um outro sistema «funcionando», e pôde

chegar, pela análise das semelhanças e diferenças, a maior compreensão do sistema de sua terra natal.

O mesmo se deu com os demais bolsistas Eisenhower, que pertenciam

às mais diversas categorias raciais, religiosas ou profissionais. Eram eles, com os respectivos países de origem e campos de especialidades:

Nomes	Países	Campos
Enrique A. Edwards	Chile	Associações Patronais
Felix Sing Yah Chang	Formosa	Operações Bancárias
Frederick S. Arkhurst	Costa do Ouro	Informações
John S. Pesmazoglu	Grécia	Planejamento Económico
Akhoury Sitanath	Índia	Operações de Estrada de Ferro
David Moushine	Israel	Produção e Contrôl
Vittorio Lucarelli	Itália	Conservação de Sólidos
Yonosuke Goto	Japão	Planejamento Económico
Gabriel B. de la Pena	México	Agricultura
Muhammad Ayud	Paquistão	Planejamento Económico
Chalong Pungtrakul	Tailândia	Planejamento Económico
Suleyman Demirel	Turquia	Instalações Hidro-Elétricas
Roger T. Gilmartin	U.S.A.	Operações de Bancos Particulares
Guy E. Noyes	U.S.A.	Operações de Bancos Centrais
Theodore S. Repplier	U.S.A.	Comunicações

Várias observações sobre a vida social dos Estados Unidos da América foram apresentadas com entusiasmo pelos bolsistas, como por exemplo, Frederick Arkhurst, da Costa do Ouro, que disse: «a maneira pela qual o sistema empresta dignidade ao trabalho é impressionante para qualquer habitante de um país sub-desenvolvido. Nenhum país pode progredir enquanto considerar o trabalho como abaixo da dignidade do homem educado». E o próprio Dr. Freitas reconhece «que o povo americano enfrentou

ainda maiores dificuldades do que o brasileiro», na formação de seu país, o que «dá coragem para lutar pelas coisas que precisamos fazer em nosso país».

O êxito do Programa de Bolsas Eisenhower foi grande, e, em prosseguimento, para o ano de 1956 foram escolhidos para nele participar os seguintes países: Noruega, Alemanha Oriental, Irão, Egito, Libéria, Espanha, Bolívia, Colômbia, Turquia, Paquistão, Índia e Brasil. A comissão brasileira de seleção foi então constituída pelos seguintes:

Prof. Antônio Carlos Cardoso, Diretor da Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo

Ralph H. Greenwood, Diretor da General Electric S.A.

Prof. Ernesto de Moraes Leme, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Cyril W. Nave, Diretor da Atlantic Refining Co. of Brazil

Dr. Anísio S. Teixeira, Diretor do INEP e Secretário-Geral da CAPES

Vê-se, assim, que o Brasil foi um dos poucos países novamente escolhidos. O bolsista contemplado foi o Dr. Luiz Alfredo de Souza Ran-

gel, Ex-Secretário das Finanças da Prefeitura do Distrito Federal e Engenheiro da mesma Prefeitura.

\*

O Dr. Luiz Alfredo de Souza Rangel, ocupou na Prefeitura do Distrito Federal os cargos de Engenheiro-Chefe da antiga Diretoria Geral de Engenharia, desempenhando diversas comissões na Secretaria de Finanças e na Secretaria Geral de Viagem e Obras. Ainda na Prefeitura do Distrito Federal, foi Diretor do Departamento de Concessões e Superintendente do Financiamento Urbanístico. Mais tarde, ocupou o cargo de Secretário Geral de Finanças do Distrito Federal.

regressar ao Brasil ingressou no Instituto dos Industriários, do qual foi por várias vezes presidente.

Dedicando-se a atividades particulares, foi Diretor-Superintendente da Cia. de Seguros Confiança e fundador e Diretor da Cia. de Seguros Liberdade; e fabricante e importador de máquinas e equipamentos para a conservação de estradas.

O Dr. Luiz Alfredo de Souza Rangel pretende se dedicar a estudos e observações em torno de Investimentos Públicos e Privados, em cumprimento ao programa que traçou para sua estadia nos Estados Unidos.

## NOVO DIRETOR DO ENSINO INDUSTRIAL DO M. E. C.

Perante o Ministro Abgar Renault, foi empossado, este mês, no cargo de Diretor do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura o Dr. Francisco Montojos, que foi nomeado em substituição ao Prof. Flávio Penteado Sampaio. A cerimônia contou com a presen-

ça do Prof. Anísio Spínola Teixeira, Diretor do INEP e Secretário Geral da CAPES; Prof. Armando Hildebrand, Diretor do Ensino Secundário; Dr. Joaquim Faria Góes Filho, Diretor do Departamento Nacional do SENAI, Diretores e funcionários da CBAI, Chefes de Ser-

*Flagrante da posse do Dr. Francisco Montojos, que lê o seu discurso, ladeado pelo Ministro Abgar Renault e Dr. Joaquim Faria Góes.*



viço do Ministério da Educação e diversos professores e técnicos do ensino industrial.

Empossando o novo Diretor, falou, inicialmente, o Ministro Abgar Renault, que disse da sua satisfação em saber que o ensino industrial, sob a direção do Dr. Montojos, estaria em mãos seguras, dedicadas e suficientemente experimentadas nesse importante setor da educação nacional. Mais adiante, congratulou-se o Ministro com a nomeação do Dr. Francisco Montojos, dizendo da confiança que depositava em sua gestão, porquanto, declarou: «além de um grande técnico de educação, e de já haver ocupado o mesmo cargo, volta agora o Dr. Montojos com o mesmo espírito realizador».

Em seguida, usou da palavra o novo Diretor do Ensino Industrial,

de cujo discurso são os trechos a seguir: «Educar é, em síntese, preparar a boa cidadania. Esta é a Casa da Educação. Daqui deverão partir as diretrizes da Política Educacional e tudo quanto aqui se diga há de ter influência na vida de todo o País.

A nós desta Casa há de caber papel saliente na campanha de fé e de esperança nos gloriosos destinos do Brasil, cuja juventude está atenta às nossas atitudes. Com a segura orientação de V. Excia., com os conselhos de meus ilustres colegas, com a competência dos especialistas estrangeiros que nos auxiliam, com a eficiência e o sentido de responsabilidade de meus companheiros de trabalho, desempenhar-me-ei, estou certo, a contento, não obstante minhas deficiências pessoais».

\* \* \*

*Criada por decisão do Congresso do Tricentenário da Restauração Pernambucana, foi empossada, este mês, na Casa do Estudante do Brasil, a Comissão Nacional de História. Compõem a Comissão os Srs. José Honório Rodrigues, Monsenhor Manuel Barbosa, Sérgio Corrêa da Costa, Cel. Adir Guimarães, Guilherme Auler e Gil Maranhão.*

## SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO SÔBRE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS

Os tipos de união marital nos países latino-americanos, a idade média em que se realizam casamentos ou uniões livres, características das famílias, costumes familiares e outras questões demográficas da América Latina foram debatidas, no Distrito Federal, entre 5 e 16 deste mês, no Seminário Latino-Americano sobre Estudos Demográficos, que foi realizado sob o alto patrocínio das Nações Unidas e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As sessões tiveram lugar no auditório e no salão nobre do Ministério da Fazenda, sob a direção geral dos Profs. Giorgio Mortara, do Conselho Nacional de Estatística, e Bourgeois-Pichat, do Serviço de População da ONU.

do a presidência da sessão ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores e Presidente do IGBE. Fizeram parte da mesa os Srs. Henri Laurentie, representante das Nações Unidas; Giorgio Mortara e Bourgeois-Pichat, respectivamente, primeiro e segundo diretores do Seminário; Waldemar Lopes, Secretário Geral do Conselho Nacional de Estatística e o Deputado Daniel de Carvalho.

Na ocasião, falaram os Srs. Embaixador Macedo Soares, Henri Laurentie, Giorgio Mortara, Bourgeois-Pichat e Adolfo L. Blen, este último, Diretor Geral de Estatística da Nicarágua, em nome dos delegados presentes ao Seminário.

### Conclusões

### Instalação

No dia 5, no salão de conferências do Palácio Itamarati, instalou-se solenemente o Seminário, caben-

do a presidência da sessão ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores e Presidente do IGBE. Fizeram parte da mesa os Srs. Henri Laurentie, representante das Nações Unidas; Giorgio Mortara e Bourgeois-Pichat, respectivamente, primeiro e segundo diretores do Seminário; Waldemar Lopes, Secretário Geral do Conselho Nacional de Estatística e o Deputado Daniel de Carvalho.



*Aspecto parcial do auditório presente à sessão inaugural do Seminário.*

# NÚMERO DE LICENCIADOS DESDE A INSTALAÇÃO DOS CURSOS DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS ATÉ O ANO DE 1953, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TOTAL	Clências Sociais	Filosofia	Pedagogia	Lingua Inglêsa (1)	Letras Modernas	Letras Clássicas	Letras Néo-Latinas	Geografia e História	Física	História Natural	Matemática	Química	Prof. de Desenho (2)	Sem disci- minação
<b>BRASIL</b> .....	8 420	208	571	965	123	86	876	1 487	1 697	160	322	677	332	162	4
<b>Nordeste</b> .....	559	—	69	20	—	41	75	172	113	1	16	42	10	—	—
Ceará .....	193	—	22	—	—	3	35	64	47	—	—	22	—	—	—
Pernambuco .....	366	—	47	20	—	38	40	108	66	1	16	20	10	—	—
<b>Leste</b> .....	3 050	63	125	261	66	60	261	590	614	74	96	253	121	162	4
Bahia .....	192	9	10	17	—	31	14	35	44	—	12	18	2	—	—
Minas Gerais .....	231	4	18	25	—	11	30	65	51	3	2	12	6	—	4
Rio de Janeiro .....	83	—	1	11	—	8	—	23	32	—	—	8	—	—	—
Distrito Federal .....	2 544	50	96	208	66	10	217	467	487	71	82	215	113	162	—
<b>Sul</b> .....	4 794	145	377	681	57	31	540	723	962	85	210	382	201	—	—
São Paulo .....	3 372	121	276	527	57	33	403	522	604	68	97	242	152	—	—
Paraná .....	578	5	24	95	—	38	39	93	147	15	33	65	24	—	—
Rio Grande do Sul .....	844	19	77	59	—	30	98	108	211	2	80	75	25	—	—
<b>Centro Oeste</b> .....	17	—	—	3	—	4	—	2	8	—	—	—	—	—	—
Goiás .....	17	—	—	3	—	4	—	2	8	—	—	—	—	—	—

(1) Diplomados dos cursos de lingua inglêsa ministrados pelas Sociedades Brasileiras de Cultura Inglêsa e Instituto Brasil-Estados Unidos e licenciados pelas faculdades de Filosofia após conclusão dos cursos de Lingua Portuguesa, Psicologia Educacional, Fundamentos Biológicos da Educação e Didática Especial.

(2) Titulares do curso de Desenho ministrado pelas Escolas de Belas Artes e licenciados em Didática pelas faculdades de Filosofia.

## AS NAÇÕES UNIDAS E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS PAÍSES SUB-DESENVOLVIDOS (\*)

Antes como depois do início da era industrial, os homens de negócios e os governos pensavam nas técnicas como nas riquezas que se vendem a peso de ouro.

O sistema econômico proibia que se as dessem a trôco de nada. Se se enviavam engenheiros, professores, técnicos de toda sorte a países novos, era com a idéia de ganhar dinheiro. Não houvesse dinheiro, não haveria técnicos. Destarte, o progresso dos países menos desenvolvidos permanecia controlado e limitado pela superioridade técnica dos países mais desenvolvidos. Não era bonito, nem mesmo muito inteligente — mas assim era.

Foi preciso ocorrer a segunda guerra mundial para se abrirem os olhos dos governantes sobre a inconveniência dêsse procedimento. O domínio político exercido pelas potências que detinham as técnicas deixava de ser tolerado em grande parte da terra. Numerosos territórios que, no curso da luta, puderam medir a fraqueza relativa das grandes potências, tornavam-se independentes. Independentes na pobreza, senão na miséria. Mas essa mesma miséria apresentava um problema capital: — Ir-se-ia ignorar a condição dêsse povos e abandoná-los a si mesmos? Seria isso conduzi-los ao desespero. Mais valia encarar as coisas face a face e decidir-se, enfim, a partilhar entre todos os

países ao menos um dos bens até então monopolizados apenas por uns poucos: o conhecimento das técnicas.

É ao Presidente Truman que cabe o mérito de ter rompido com o passado e indicado claramente a marcha a seguir. O quarto ponto do seu discurso de 20 de janeiro de 1949, afirmava, pela primeira vez, que as técnicas eram um patrimônio coletivo onde todos os países do mundo deviam poder abastecer-se, segundo as suas necessidades. A idéia nova, a idéia necessária, estava lançada. Só faltava pô-la em ação.

### As Nações Unidas

Os Estados Unidos tomaram a si o preparo de um programa de assistência técnica, e outros países, numa base mais modesta, fizeram outro tanto. Como, porém, se tratava de um empreendimento universal, cumpria às Nações Unidas fazer dêle verdadeiramente, um bem do mundo inteiro. Sob a égide das Nações Unidas, todas as técnicas de todos os países seriam redistribuídas consoante as necessidades de cada um. Haveria não somente assistência, mas, cooperação. A idéia exprimida pelo Presidente Truman tomaria seu sentido histórico.

Mas, entre a idéia e a execução, abria-se um abismo que era mister

atravessar. As Nações Unidas eram novas; as instituições internacionais especializadas, tais como a UNESCO ou a FAO, eram novas; o alvo era novo, e, para atingi-lo, não havia, como modelo, algo já experimentado no passado. Era essa uma prova particularmente difícil para a ONU, naquele quarto ano de sua existência.

Seria exagerado dizer que o resultado dessa prova fôsse imediatamente perfeito. Não: bastantes «montagens» seriam ulteriormente necessárias, e, mesmo hoje, a rotação da máquina não está ainda terminada. Entretanto, desde o início chegou-se bem facilmente a acôrdo sobre um certo número de princípios, assim como sobre os meios práticos que permitiriam à assistência técnica funcionar a partir de 1950.

Os debates, pela sua própria natureza, foram apaixonantes. Quase todas as delegações neles tomaram parte ativa, e não é por lisonja, mas em homenagem à verdade, que lembrarei aqui o papel particularmente construtivo que desempenhou, na discussão, a delegação brasileira. Devo citar; de passagem, com reconhecimento os nomes do Dr. Roberto Campos e do Dr. Joaquim Faria Góes Filho.

Falei de meios práticos. O primeiro era o dinheiro. Ficou decidido que ao fim de cada ano todos os países que o quisessem, fôssem ou não membros das Nações Unidas, seriam convidados para uma conferência, no decorrer da qual declararíamos o vulto da sua con-

tribuição à assistência técnica para o ano seguinte. Oitenta países iriam pouco a pouco tomar assento na «Pledging Conference» — da União Soviética ao principado de Mônaco e dos Estados Unidos ao Vaticano.

Assegurado o dinheiro, decidiu-se reparti-lo, numa certa porcentagem, entre as instituições especializadas, encarregando-se cada uma, segundo sua competência, de um sector da assistência técnica. Assim, cada instituição recrutaria e manteria peritos, forneceria material técnico de demonstração, e daria bolsas de estudos.

Mas as instituições especializadas, FAO, UNESCO, Repartição Internacional do Trabalho, Organização Mundial da Saúde, Organização da Aviação Civil, bem como as próprias Nações Unidas, não se poderiam lançar na assistência técnica independentes umas das outras — do que teria resultado muita incoerência e bem menor rendimento. Foi, pois, decidido que, juntas, todas as instituições especializadas formariam um «Bureau» — o «Bureau» de Assistência Técnica — o qual examinaria, coordenaria e aprovaria todos os programas, e tomaria as medidas necessárias a facilitar-lhes a execução.

O próprio «Bureau» seria representado, nos países que recebiam assistência técnica, por um representante residente, elemento coordenador do programa no plano nacional.

Enfim, acima do «Bureau» de Assistência Técnica, o Conselho

Econômico e Social e a Assembléia das Nações Unidas agiriam como órgão de legislação e de controle.

O conjunto dessa organização data de 1949. Desde então diversas modificações aí foram introduzidas, duas das quais merecem menção particular. De um lado, o Conselho Econômico e Social decidiu proceder êle mesmo à aprovação dos programas; do outro lado, ficou entendido que a quase totalidade dos fundos disponíveis seria, daí por diante, consagrada a programas nacionais apresentados pelos próprios Governos. Estas duas medidas indicam o crescente interesse que o Conselho Econômico e Social dá à iniciativa dos Governos em matéria de assistência técnica. São os Governos quem concebe e apresenta os seus programas; é um Conselho de Governos, instituições internacionais que põem a sua experiência e os seus conhecimentos a serviço dos desejos dos Governos.

Esta simples ponderação mostra a importância da vossa Comissão Nacional de Assistência Técnica. Esse órgão é não somente útil, êle é indispensável. Sem os conselhos judiciosos da Comissão, sem o trabalho regular, a consciência e o talento dos seus membros e do seu Diretor Executivo, faltaria ao edifício da Assistência Técnica a pedra angular. É no Brasil, e não em Nova York, Genebra, Paris ou Roma, que se elabora o programa: é no seio da Comissão Nacional que êle toma a forma sob a qual o

aprovará o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

### A Assistência Técnica Internacional

Mas, antes de falar sobre o programa brasileiro, permiti-me dizer uma palavra sobre a assistência técnica internacional no mundo. Onde está o plano ambicioso forjado pela Assembléia das Nações Unidas em 1949?

Devo confessar aqui que o trabalho da assistência técnica me parece bem melhor que o sensacionalismo com que, de quando em quando, é apresentado nos boletins da ONU. Acredita-se oportuno, para descrever a tarefa de modestos peritos, utilizarem-se as formas do pior jornalismo — por exemplo: «A força do vento em socorro das batatas» — «Os rios estão atrelados» — «Do fundo do mar até à padaria», — e tantas outras. Prefiro, quanto a mim, as quadrinhas dos ABC, tão pueris talvez, mas quanto mais poéticas e de melhor gosto.

Deveras, podemos dar-nos conta dos fatos de uma maneira mais simples. Dizer, primeiramente, que em 1954 oitenta e quatro países e territórios receberam missões de assistência técnica. O número total de peritos foi, durante aquêlê mesmo ano, de 1584 (dentre os quais, seja dito de passagem, quatorze brasileiros): o número total de bolsistas, 1524. Estes algarismos não são todavia suficientes por si mesmos. É preciso saber igualmente que essas missões de assistência técnica ajudaram no planejamento

e na organização econômica de cinquenta países, na melhoria dos transportes e serviços públicos em trinta e seis outros, no ensino de base e no ensino técnico, na mesma proporção; no desenvolvimento agrícola, e na saúde pública, por assim dizer, por toda parte.

Por vêzes, as missões deram resultados imediatos: por exemplo, na produção da penicillina, do DDT, ou de fertilizantes, na organização da pesca como no Ceilão, e na supressão da bôuba como no Haiti.

É preciso entretanto considerar que se trata, o mais das vêzes, de um trabalho a longo termo, cujo efeito não pode, e não deve, ser registrado às pressas. É por isso que não gosto muito do fraseado espalhafatoso que se faz a propósito do programa. Seria muito mais conveniente dizer que, de um modo mais ou menos coerente a princípio, mas que vai melhorando constantemente, um grande número de países se lançaram, sob a égide das Nações Unidas, num vasto empreendimento de assistência mútua; que êsses países começam a tomar o hábito do trabalho em comum e que, desta cooperação surgirá, lenta mas necessariamente, um progresso geral, ao mesmo tempo psicológico e econômico. Assim descrita, a Assistência Técnica das Nações Unidas aparece à sua verdadeira luz e se torna no que ela deve ser, — um dos instrumentos da paz.

### Programa Brasileiro

Vejamos agora que papel desempenha o Brasil neste empreendi-

mento mundial de assistência mútua. O Brasil desempenha um duplo papel, um papel de real reciprocidade. O Brasil recebe, mas também dá. Ele é um dos melhores exemplos do programa de assistência técnica compreendido no seu mais ativo sentido.

O Brasil recebe. Vinte e nove peritos da FAO, da UNESCO, da Repartição Internacional do Trabalho, e das Nações Unidas propriamente ditas, pertencentes a quatorze nacionalidades diferentes, servem atualmente no país. O grupo mais numeroso se acha na Amazônia onde cinco especialistas em florestas, dois geólogos, um zootécnico, um perito em pesca, e um outro da cultura do arroz, trabalham com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica num programa que se concebe e se executa ao mesmo tempo, porque o movimento se experimenta em caminhando. À equipe que acabo de citar, virão juntar-se, no curso dos próximos meses, seis outros técnicos. O Doutor Artur Cesar Reis disse-vos aqui, há alguns meses, o valor que êle dava a esta colaboração internacional. O que êle não vos disse é a que ponto ficamos orgulhosos por ter a Superintendência se oferecido para pagar de seu bolso seis peritos, dentre os dezesseis que comporão finalmente a missão. É esta uma alta prova de confiança à qual as organizações internacionais foram particularmente sensíveis.

No Nordeste, peritos internacionais assistem três das mais importantes instituições nacionais, em-

penhadas em resolver os graves problemas da região: O Banco do Nordeste, o Departamento das Obras Contra as Secas, e a Associação Nordestina para a Assistência e o Crédito Rural, mais conhecida como ANCAR. O Diretor do Banco do Nordeste, o Doutor Olavo Galvão, já vos disse o que ele pensava acerca deste programa. Nossa contribuição, entretanto, peca por ser demasiado reduzida. Espera-se que ela possa ser aumentada no próximo ano.

Ao lado dessa assistência regional destinada à Amazônia e ao Nordeste, o programa brasileira comporta um certo número de projetos que correspondem às necessidades gerais da Nação. No domínio do ensino, há, primeiramente, o muito interessante Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, do Professor Anísio Teixeira, entidade que, por si só, mereceria uma conferência, e com a qual trabalham ativamente peritos da UNESCO. Há também o SENAI, essa notável instituição aonde a Repartição Internacional do Trabalho se sente feliz em enviar professores técnicos, que são hoje em número de cinco. Há, enfim, a Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas que, sob a direção do Doutor Benedito Silva, é o próprio um perito das Nações Unidas, e com o auxílio de professores brasileiros e internacionais, fez, em quatro anos, inegáveis progressos.

Sempre no plano nacional, temos a missão da FAO para a pesca marítima, cujas observações, em co-

laboração com a Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura e do Instituto da Pesca de Santos, serão provavelmente de grande utilidade para o País.

Para ser completo, sem entretanto querer ser importuno, contentar-me-ei em enumerar as outras missões — uma servindo no Instituto Nacional de Imigração e Colonização, outra no Museu Nacional, e a terceira na Fundação para o Livro do Cego, em São Paulo.

### Bolsas

Além dos serviços dos peritos propriamente ditos, o Brasil vê-se atribuir um certo número de bolsas, de quinze a vinte por ano, e material científico e técnico. Bolsas e material têm por objeto facilitar e prolongar o trabalho executado em comum pelos técnicos brasileiros e peritos internacionais.

### Contribuição do Brasil

Eis, pois, o que o Brasil recebe da Assistência Técnica da ONU. Mas, como já o disse, o Brasil não se contenta em receber: ele dá também. Não somente dá à Assistência Técnica uma contribuição financeira anual de dois milhões de cruzeiros, não somente fornece um importante contingente de peritos, — médicos, em particular —, para missões no estrangeiro, mas oferece ainda, no seu próprio território, grande número de bolsas de estudos de que dispõem as instituições internacionais no quadro do seu programa de assistência técnica, em favor da juventude latino-americana.

É assim que desde 1951 várias centenas de pessoas vieram das repúblicas irmãs, enviadas pela ONU, pela Repartição Internacional do Trabalho, pela UNESCO e pela Organização Mundial de Saúde, para se aperfeiçoarem nas diversas instituições brasileiras dentre as quais, não podendo citar todas, mencionarei o SENAI, a Escola de Administração Pública, Volta-Redonda, o IBGE, e a Universidade de São Paulo.

Por esta contribuição intelectual, coopera assim o Brasil de maneira ativa e pessoal com todo o programa de assistência técnica na América Latina. Verdade é dizer que, como todas as jovens instituições da Assistência Técnica, o sistema do chamado «Catálogo Brasileiro de Serviços» necessita ainda de uma certa «mise au point». A Comissão Nacional não o ignora, e mesmo neste momento toma medidas nesse sentido. É certo porém que uma vez em perfeita ordem, esta iniciativa brasileira, cujos resultados são já apreciáveis, ganhará todo o seu valor dentro do continente e quiçá para além dele.

Foi preciso amoldar o Catálogo de Serviços. Mas o próprio programa de assistência técnica no Brasil não teve também que ser adaptado? Certamente que sim. É evidente que, no decorrer destes quatro anos, sérios progressos têm sido realizados, na concepção e na execução do programa, o que prova que tais progressos se faziam necessários. Isto nos leva a nos perguntar quais as condições requeri-

das para que nosso programa de assistência técnica seja realmente útil.

Digamos logo que a escolha dos projetos será necessariamente limitada. Os recursos financeiros das Nações Unidas não permitiriam corresponder a pedidos que correriam o risco de ser inumeráveis, por menos que se procurasse atraí-los. E não é somente uma questão de finanças. Encontrar um perito, o bom perito, mesmo quando se tem o mundo inteiro à disposição, não é coisa fácil. A FAO, por exemplo, faz questão de não enviar ao Brasil senão peritos de primeiro plano, e esta é a razão por que a missão da Amazônia não está ainda hoje inteiramente composta.

Estamos pois em face de um programa limitado. Convém, pelo menos, que este programa seja exemplar. De que maneira o será ele?

Creio que a condição essencial, para que o seja, é que exista de uma e de outra parte, isto é, na instituição nacional e no perito adido a essa instituição, a vontade sincera, profunda e amistosa de cooperar, de trabalhar em conjunto. Os brasileiros devem considerar o perito como um colega e um amigo; o perito, por sua vez, deve estudar os problemas que lhe são apresentados como se foram seus próprios problemas, abster-se de julgar no absoluto, compreender e amar todos os elementos do meio em que acaba de chegar; fazer equipe; em uma palavra, tornar-se brasileiro, de coração.

Pois bem: posso afirmar ao meu

ilustre auditório que a imensa maioria dos nossos peritos se aproxima dêste ideal e que alguns dentre êles, que eu poderia citar, o personificam de uma maneira absolutamente perfeita.

Segue-se então que o programa atual é irreprochável? É evidente que não. Primeiro, êle é muito restrito e as Nações Unidas deverão, no próximo ano, fazer um esforço maior para corresponder plenamente aos pedidos de serviços que lhes foram dirigidos. E, depois, há ainda retoques a fazer à luz da experiência: suprimir aqui, aumentar ali, reforçar a cada passo a cooperação, tanto no espírito como na letra.

### O SENAI

Cooperação, tal é a palavra sobre a qual é preciso insistir, tal é o único segredo da Assistência Técnica. Permitir-me-eis citar um exemplo perfeito? É no SENAI que o encontramos. Pela segunda vez, o SENAI organiza um Instituto para diretores de escolas técnicas do Brasil e da América Latina. Esse Instituto em 1953 foi um grande êxito. É certo que será o mesmo em 1955. Ora, para obter êsse êxito, a cooperação de todos é necessária, — do SENAI em primeiro lugar, que cobre uma boa parte das despesas e põe as suas escolas e o seu pessoal à disposição do Instituto; depois, da Repartição Internacional do Trabalho, que paga o restante dos gastos e envia peritos para dirigir os trabalhos do Instituto; e, em seguida, das indústrias brasileiras que concorrem para a execução do programa, e

dos países latino-americanos que enviam os seus diretores de escolas técnicas e, ainda, dos próprios estagiários que não estão ali apenas para ouvir conferências, mas também, e subretido, para trazer a sua experiência pessoal, e para decidirem êles mesmos sobre os métodos a serem aplicados de futuro.

Eis, não resta dúvida, o modelo a ser seguido.

### Julgamento

Antes de treminar, cumpre fazer um julgamento sobre a Assistência Técnica das Nações Unidas, vista no seu conjunto. Deixemos o Brasil e examinemos o funcionamento, sobre a superfície da terra, dessa pesada máquina.

Tal será nossa primeira crítica: a máquina é pesada, demasiado pesada. Trata-se de uma administração passavelmente burocrática, centralizada em excesso e ao mesmo tempo dividida, pois que tôdas as instituições especializadas das Nações Unidas nela têm um papel próprio. Há aí um defeito que conviria corrigir. Não é entretanto senão um defeito de forma.

No fundo, a mais grave dificuldade da Assistência Técnica reside na incerteza de seus recursos financeiros. As contribuições são puramente voluntárias, e só são anunciadas para um período de um ano. Assim, se se pode talvez conjecturar qual será o orçamento de 1956, — ao que parece, entre 29 e 31 milhões de dólares — é impossível, por outro lado, prevêr-se qual será o de 1957. Nestas condições, os projetos a longo prazo deveriam todos

ser eliminados, já que nunca se sabe ao certo se se está em condições de continuá-los. Não é de fato o que se passa, sendo a esperança sempre a mais forte. Bem mais valia, porém, que essa esperança fôsse garantida por uma convenção internacional que assegurasse ao orçamento receitas fixas.

Outra falha, que porém está em vias de ser corrigida, é que as organizações internacionais têm por vêzes procurado vender, «to sell and even oversell», a sua assistência técnica, enquanto que, de sua parte, os Governos aceitavam ou mesmo solicitavam essa assistência, sem discriminação e sem plano. O sistema de que falei há pouco, dos programas nacionais, fará cessar definitivamente êsse duplo êrro.

Existia enfim um perigo ao qual as organizações internacionais nem sempre escaparam: era o de que os peritos não fôsem psicologicamente preparados para a sua tarefa. Um excelente técnico que não saiba adaptar-se ao país em que deve trabalhar, não sômente não é um bem, mas pode' mesmo ser um grande mal.

Eis alguns defeitos — e poderia citar outros, de menor importância. Mas êstes defeitos são compensados, e ultrapassados, pelas qualidades de uma instituição que, conquanto muito jôvem ainda, já

mostrou aquilo que era capaz de suscitar.

### Fraternidade

O espírito internacional é, em si, uma boa coisa. Aplicado no domínio da técnica, é uma coisa excelente. O Professor Costa Ribeiro dizia-me outro dia a que ponto êle havia sido tocado pela solidariedade reinante na Conferência Atômica de Genebra, pela verdadeira fraternidade científica que rompia tôdas as barreiras da política, do preconceito e do segrêdo. Pois bem! é de alguma maneira a mesma fraternidade que, no plano técnico, se forma no âmago da Assistência Técnica das Nações Unidas. Percebe-se que todos os homens podem trabalhar juntos, desde que nisso ponham tôda a sua honestidade pessoal e profissional. Tal é a grande descoberta da Assistência Técnica. Ela é, por si só, suficiente para justificar a instituição.

O heroi de Machado de Assis se felicitava de «a nenhuma criatura ter transmitido o legado da miséria humana». Nós nos rejubilamos, quanto a nós, de ter aliviado o fardo dessa miséria de sôbre os ombros de um grande número de homens. (\*) (Conferência pronunciada, no Palácio Itamarati, por Henri Laurentie, no dia 19 de outubro de 1955).

---

**QUARTO ANO — Com a publicação do presente número, ingressa o Boletim Informativo da CAPES no seu quarto ano de existência.**

